

A posição do Brasil no sistema diplomático da Bacia do Prata entre 1969 e 1974

The Brazilian position in the diplomatic system of the River Plate Basin between 1969 and 1974

Andre Leite Araujo*

Carlos Gustavo Poggio Teixeira**

Boletim Meridiano 47 vol. 16, n. 148, mar.-abr. 2015 [p. 10 a 17]

Analisando o período entre 1969 e 1974, buscamos apresentar a estrutura geopolítica no sistema platino, em um momento no qual o Brasil conseguiu consolidar uma posição preponderante sobre a Argentina, com o apoio dos demais países da região. Em contexto de Guerra Fria e disputa ideológica entre capitalismo e comunismo, isso vincula-se à teoria do aliado preferencial dos EUA, ou seja, um país-chave que dividia os custos de manutenção da ordem internacional, a partir de algumas tarefas delegadas com razoável grau de autonomia.

Essa posição foi disputada entre Argentina e Brasil e os resultados indicam que variáveis domésticas no nível da política, economia e sociedade, como a estabilidade brasileira em oposição à instabilidade argentina, serviram para determinar Brasília como aliado preferencial na região. No marco da “diplomacia do interesse nacional”, com objetivos próprios que convergiam com os interesses dos Estados Unidos, o Brasil desenvolveu uma série de projetos para aproximar países do sistema platino (Bolívia, Paraguai e Uruguai), a fim de reforçar seu poder político e econômico e isolar a Argentina.

Enfatizando as relações bilaterais, a integração física com seus vizinhos permitia ao Brasil consolidar esse projeto. Utilizava com esse fim, por exemplo, a integração de transportes viário e ferroviário com Uruguai, construção de usinas hidrelétricas na fronteira com o Paraguai, criação de empresas binacionais na Bolívia, isto é, energia e transporte constituíam os eixos das propostas de infraestrutura que alavancariam a preponderância brasileira, mas impediriam o desenvolvimento argentino. No ano de 1971, Médici, com o objetivo de construir obras de infraestrutura se encontrou com os presidentes da Bolívia, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela, além de viajar aos Estados Unidos. Neste contexto, seria possível atrair as economias dos países platinos ao Brasil, em especial às regiões Sul e Sudeste, afastando-as das linhas de transporte que convergiam à Buenos Aires. Um exemplo nos é dado pela integração rodoviária com o Uruguai, através de locais estratégicos na fronteira: “Pelo menos cinco rodovias nos comunicam, por Bagé, Chuí, Livramento e Uruguaiana (...) O Uruguai estará então melhor vinculado ao Brasil do que muitas unidades da Federação brasileira entre si” (Schilling, 1981, 101).

Sendo assim, a diplomacia do Itamaraty (transferido para Brasília em 1970), liderada pelo ministro Gibson Barbosa, propunha uma “estratégia individual de inserção, estabelecendo relações essencialmente bilaterais, especialmente em direção aos países mais fracos” (Vizentini, 1998, 142). Considerava a América do Sul como um

* Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil (andre@araujo.me).

** Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil (cgpteixeira@gmail.com).

prioritário espaço de ação. Dessa forma, em uma conjuntura favorável, e visando um espaço internacional para a configuração de seu projeto de potência, o Brasil apoiou golpes em países vizinhos, além de estabelecer relações comerciais mais estreitas com os governos afins ao Brasil (Vizentini, 1998, 144). Isso favorecia os interesses econômicos do país e bloqueava seu principal rival, a Argentina. As intervenções em outros países, por parte de Brasília e/ou de Washington, foram somadas às ambições expansionistas brasileiras no plano geopolítico, além de interesses internos e externos sobre economia, segurança e tecnologia.

Ao longo da ditadura militar brasileira, houve certa doutrina de ação de política externa intervencionista, pois o país – guiado pelas Forças Armadas instaladas no Poder Executivo – cooperou com ações estadunidenses nos governos sul-americanos, ora apoiando-se em justificativas de fronteiras ideológicas, ora no seu próprio expansionismo. Desse modo, a repressão interna somou-se à política externa “transformando-se em ações de interferência direta do Brasil em outros países e também de exportação de técnicas repressivas, a fim de combater governos e movimentos considerados hostis aos seus projetos de expansão ideológica e econômica.” (Fernandes, 2010, 164) Sendo assim, os altos índices de repressão praticados internamente contra opositores do regime foram refletidos em países sul-americanos que experimentavam outros movimentos políticos.

Na opinião de Leticia Pinheiro, “a prioridade da região na agenda internacional brasileira se definia pelo viés da segurança, de vez que qualquer alteração na composição político-ideológica dos vizinhos rumo à esquerda era vista como uma ameaça” (Pinheiro, 2010, 38). Tal percepção dos estadistas reflete-se nas práticas de apoio à manutenção ou implementação de governos político-ideologicamente favoráveis nos países vizinhos. É um ponto de suma importância para compreensão da preeminência de um Estado sobre os demais, no contexto regional.

Além disso, de acordo com Moniz Bandeira,

O abandono das fronteiras ideológicas, como doutrina, não significou que o Brasil toleraria, normalmente, o estabelecimento de um governo de esquerda, revolucionário, em países vizinhos, sobretudo naqueles situados dentro da região da Bacia do Prata, onde seus interesses mais se concentravam. Sob um regime autoritário, que executava uma política interna de segurança e a reprimir todo movimento de contestação, ele tenderia, incoercivelmente, a exportar a contrarrevolução, intervindo, *manu militari* ou por qualquer outro meio, além de suas fronteiras. (Moniz Bandeira, 2010, 405)

Em documento da CIA de 1972, os analistas da agência percebem a possibilidade do Brasil assumir importante papel na manutenção da ordem capitalista na América do Sul, porém acham pouco provável que o país intervenha diretamente em outros governos. Neste contexto, ambos deveriam agir conjuntamente.

Brazil will be playing a bigger role in hemispheric affairs and seeking to fill whatever vacuum the US leaves behind. It is unlikely that Brazil will intervene openly in its neighbor's international affairs, but the regime will not be above using the threat of intervention or tools of diplomacy and covert action to oppose leftist regimes, to keep friendly governments in office, or to help place them [...] While some countries may seek Brazil's protection, others may work together to withstand pressures from the emerging giant. (The National Security Archive, 1971)

O ditador Médici reforçou, no ano de 1972, que “estreitou-se o entendimento continental e o Brasil exerceu papel preponderante nesse processo” (Médici, 1972, 81). Em outras palavras, o país explicitava sua crescente importância na região, sendo considerado uma potência (apesar de, indubitavelmente, manter as relações de hierarquia político-econômica com outras potências). O modelo econômico seria um caminho para o status de potência internacional, segundo a propaganda oficial. Sem citar diretamente a influência brasileira na política

interna de outros países, Frank McCann afirmou que o aparente sucesso brasileiro na década de 1970, sustentado pelo Milagre Econômico e continuidade política, “encouraged officers in Argentina, Chile, Bolivia, and Uruguay to seize power in their countries” (McCann, 1997).

Neste artigo exemplificamos os casos dos golpes no Uruguai e na Bolívia. Devemos notar que a ascensão de governantes de esquerda não ameaçava apenas os interesses internacionais estadunidenses, mas também os brasileiros (Teixeira, 2012, 74). Diante disso e segundo o professor Moniz Bandeira, as intervenções

não ocorreram por influência dos Estados Unidos, embora, naquelas circunstâncias, os interesses dos dois países coincidisse, e sim como desdobramento, no nível internacional, da política de segurança e também de expansão do nacionalismo autoritário [...] se empenhava em dilatar as fronteiras econômicas do Brasil. O governo, portanto, não podia tolerar, em sua vizinhança, qualquer experiência de esquerda [...] E, ao contribuir para que os militares se apossassem do poder, aproveitou a oportunidade e firmou, em seguida, importantes acordos econômicos e comerciais, a fim de assegurar-se do suprimento de matérias-primas e fornecer-lhes manufaturados e capitais. (Moniz Bandeira, 2011, 174-5)

Frente ao exposto, é possível perceber uma expansão da ordem conservadora interna em direção aos vizinhos, além de um relativo grau de autonomia da política externa em relação aos Estados Unidos, objetivando ser reconhecido como potência. Apesar de seguirem as mesmas ideias e interesses, Brasília atuava no seu projeto de política externa e não por questões de alinhamento a Washington que se afastava de quaisquer ações diretas na América do Sul. Tinha planos individuais de criar uma base regional de apoio político e econômico para sua expansão internacional que não necessariamente incluía o desenvolvimento de outras nações sul-americanas.

Por outro lado, Ruy Mauro Marini afirmou que Brasil e Estados Unidos estavam articulados entre si nessas questões, ainda que houvesse certo grau de autonomia brasileira (Marini, 1974, VII-XXIII). Neste contexto, foi gerada “a percepção entre os países vizinhos de que o Brasil, com o beneplácito dos Estados Unidos, havia se convertido no *gendarme* da América Latina” (Gonçalves e Miyamoto, 1993, 226). Dessa maneira, as possíveis e as concretas intervenções brasileiras com fins preventivos em países sul-americanos preocupavam os invadidos e também outros que disputavam poder na região. Salientamos que a Argentina mantinha constante preocupação sobre a política brasileira e sua relação com os Estados Unidos. Isso ocorria porque Buenos Aires igualmente procurava Bolívia, Paraguai e Uruguai para sustentar um projeto econômico que assegurasse maior projeção internacional à Argentina.

Por meio de rápido desenvolvimento econômico, apoios na América Latina, na Ásia e no Leste da África, desenvolvimento tecnológico em matérias militares e energéticas, baseando-se nas naturais extensões de sua população e território e opondo-se a política de congelamento do poder mundial, proposta pela América do Norte e Europa Ocidental, o Brasil procurava mudar sua posição na hierarquia mundial dos poderes capitalistas (Moniz Bandeira, 2011, 173-4). Médici acreditava que o país merecia um maior poder como potência (Cervo e Bueno, 2012, 426), devido às dimensões territoriais, demográficas, econômicas e geopolíticas do país.

A seguir apresentamos alguns fatos entre Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai que apresentam uma estratégia de configurar a região a favor do Brasil.

Relações com a Bolívia

O general Juan José Torres governava a Bolívia desde outubro de 1970, com alguns traços de políticas de esquerda (como a convocação da Assembleia Popular junto à Central Operária Boliviana) e procurava evitar

o isolamento de seu país na região. Por um lado, Argentina e Estados Unidos debatiam o possível apoio ao presidente Torres, mas percebiam necessidade de um novo governo para atender a seus interesses econômicos. Por outro lado, as ações bolivianas produziram forte repúdio por parte de Brasília que via o mundo através da ideia de círculos concêntricos (Pinheiro, 2010, 38). A teoria dos círculos concêntricos surgiu na década de 1960 e apontava áreas estratégicas para a estabilidade brasileira como América Latina, continente americano e hemisfério ocidental (Médici, 1970, 71), além de projetar, por exemplo, círculos no Atlântico Sul (América do Sul e costa africana) (Fernandes, 2010, 158). Portanto, a América do Sul estava em primeiro nível para atuação brasileira, em questões de segurança e de política.

De acordo com Federico Leicht, a discussão sobre invasão na Bolívia resultou, por parte da chancelaria boliviana, em classificar o representante brasileiro como “provocador imperialista”. Ademais, a imprensa da época divulgou que o Brasil não poderia perder a imagem de potência e, dependendo dos rumos da situação boliviana, o Brasil deveria assumir o papel de guardião da democracia no continente, garantindo a civilização ocidental e cristã, com o uso da força (Leicht, 2013, 98).

Neste contexto, em agosto de 1971, foi instalada a ditadura de Hugo Banzer, militar que estudou e trabalhou nos Estados Unidos (Encyclopedia Britannica, 2014), que resultou em crescimento econômico raramente visto na história boliviana e altos índices de repressão (Wagner, 1989 e Chiavenato, 1981, 258-264). O estabelecimento do general Banzer no poder favoreceu o Brasil, pois colocou a Bolívia na órbita de influência brasileira e criou um amplo programa de cooperação econômica (Gonçalves e Miyamoto, 1993, 227). O apoio brasileiro ao golpe, realizado também com auxílio estadunidense e paraguaio, pode ser visto em ações militares e logísticas que favoreceram os golpistas das Forças Armadas da Bolívia:

con el respaldo de la Embajada estadounidense en La Paz, el gobierno de Brasil y los sectores más reaccionarios de las fuerzas armadas de Bolivia [...]. El apoyo logístico de Brasil en la operación es descarado. Sus aviones militares, sin ocultar las insignias nacionales, descargan fusiles, ametralladoras y municiones en Santa Cruz de la Sierra, en tanto las tropas del II Ejército brasileño, comandadas por el general Humberto Melo, se estacionan en Mato Grosso, prontas para la intervención. Algunos destacamentos llegan incluso a entrar a territorio boliviano. (Leicht, 2013, 98-99)

O professor Moniz Bandeira também afirma que a Casa Militar da Presidência, “chefiada pelo general João Batista Figueiredo, ofereceu aos adversários do governo do general Juan José Torres, através do ex-coronel Juan Ayoroa, dinheiro, armas, aviões e até mercenários” (Moniz Bandeira, 2010, 413). Portanto, consolidava uma série de governos aliados ao Brasil na região sul-americana que escapavam das alianças com a Argentina e de políticos alinhados à esquerda que ameaçariam os planos brasileiros.

Sendo assim, o Estado ditatorial, sob o comando de Médici, auxiliou um golpe de Estado em uma nação vizinha para neutralizar interesses hostis. Entretanto, reiteramos que havia uma coincidência de objetivos entre Estados Unidos e Brasil (Moniz Bandeira, 2010, 414), não uma subordinação de interesses entre um e outro, ou seja, a política brasileira visava sua própria hegemonia sobre a América do Sul e isso combinava com as estratégias estadunidenses de segurança e economia internacional contra o comunismo, nos marcos da estratégia do aliado preferencial

Para Julio José Chiavenato, a atuação brasileira na Bolívia incluía o plano de obter gás e ferro bolivianos para o Brasil, seguindo interesses econômicos de empresas privadas estadunidenses, pois, em sua opinião, a Bolívia era mantida como reserva mineral dos EUA (Chiavenato, 1981, 229-231). Sendo assim, a operação na Bolívia compreendeu uma primeira fase, com caráter militar, e uma segunda, de aspecto econômico. Além disso, o Brasil também tiraria a possibilidade da Argentina, com poucas reservas minerais, obter os recursos de ferro boliviano, material importante para desenvolver uma indústria moderna nos setores de metalurgia e siderurgia. Desse modo,

a Argentina se manteria como exportadora de carnes e grãos, enquanto o Brasil, já rico em ferro, manteria o controle sobre os minérios bolivianos e poderia ascender a potência industrial. Logo, nota-se uma coincidência de interesses políticos e econômicos. De acordo com Leonel Itaussu,

a abordagem da geopolítica do Brasil na Bacia do Prata à luz da política do aliado preferencial nos permite compreender que o expansionismo brasileiro, apoiado tacitamente pelos Estados Unidos, é um fenômeno complexo que não pode ser reduzido a uma determinação unidimensional de ordem estritamente econômica. (Mello, 1997, 273)

Relações com o Paraguai

Em contexto de crise internacional do petróleo, a provisão de energia para o modelo de industrialização brasileiro foi um tema muito importante na segunda metade do século XX. Em rivalidade pela superioridade na América do Sul, Argentina tentou bloquear jurídica e diplomaticamente o projeto brasileiro de utilização das águas entre Brasil e Paraguai para aproveitamento hidroelétrico, visando obstaculizar o desenvolvimento brasileiro e ter predomínio sobre a Bolívia e o Paraguai (países sem acesso direto aos oceanos, portanto, dependentes dos rios). Contudo, com a ascensão de líderes de direita favoráveis ao Brasil e com os conflitos de fronteira com o Chile, a Argentina ficou isolada e isso foi razão para a superioridade brasileira na América do Sul (Terena, 2011, 32).

Em abril de 1973, o Tratado de Itaipu foi assinado por Médici e Alfredo Stroessner (ditador que tomou o poder em 1954 e seguiu até 1989), propõe o aproveitamento hidroelétrico do rio Paraná, pertencente a Brasil e Paraguai, desde Sete Quedas até a foz do rio Iguaçu. Além disso, cria a empresa binacional para produção de energia elétrica, responsável pela construção e operação da usina (Tratado de Itaipu, 1973).

O conflito possui origens na Ata das Cataratas, assinada entre Brasil e Paraguai em 1966. A divergência por Itaipu era causada pela questão de ser uma usina construída em rio internacional contíguo e de curso sucessivo, isto é, as águas represadas por Brasil e Paraguai afetariam as águas que naturalmente deveriam seguir a Bacia do Prata até Argentina e Uruguai, ou seja, a utilização desses rios é importante para o desenvolvimento industrial argentino. Sendo assim, os diplomatas do *Palacio San Martin* questionaram em dois níveis: pelos trâmites técnicos da construção da represa e também por questões geopolíticas na estratégia de equilíbrio de poder regional (Terena, 2011, 33). Em sua opinião, sustentada pelo Tratado da Bacia do Prata (1969), Brasil deveria anunciar previamente os planos da represa, pois afetava outros países.

O Paraguai se encontra estrategicamente posicionado entre as economias argentina e brasileira, portanto, é aliado soberano essencial para quem quiser controlar a Bacia do Prata. Deve ser destacado que o aproveitamento hidroelétrico do rio Paraná foi negociado bilateralmente entre Brasil e Paraguai e não multilateralmente pelos países da bacia. Sendo assim, conforme o cenário internacional, ambos os países decidiram essa medida, sem incluir a Argentina no acordo. Posteriormente, os paraguaios negociaram, bilateralmente, a construção da represa de Yaciretá com os argentinos. Neste sentido, Asunción se posicionou como um agente pendular entre a rivalidade de seus vizinhos, aproveitando seus recursos naturais para proveito próprio, além de manter relações positivas com as nações limítrofes (Melo, 2009, 5-10). Apesar disso, a presença dos “brasiguaios” na agricultura do Paraguai e as dimensões do projeto de Itaipu demonstram uma oscilação marcante em direção ao Brasil, reforçando o seu poder com aliados no âmbito regional. Além disso, ambos construíram vias de integração física (rodovia e ferrovia), objetivando levar a produção paraguaia aos portos do Sul e Sudeste brasileiros (Aguilar, 2010, 44).

Relações com o Uruguai

O golpe cívico-militar no Uruguai (país que tem poucos golpes em sua história), ocorrido em junho de 1973, foi pauta no alto escalão do governo brasileiro, devido, entre outras razões, ao sequestro do Cônsul brasileiro em Montevideo, Aloysio Gomide, em julho de 1970 pelos Tupamaros (Vizentini, 1998, 374). Ele foi resgatado por meio de uma soma em dinheiro. Lembramos que, no Brasil, diplomatas dos Estados Unidos, do Japão, da Alemanha Ocidental e da Suíça foram sequestrados entre 1969 e 1974 e dezenas de presos políticos foram libertados em troca.

Sérgio Aguilar, ao abordar temas de segurança e defesa, indica que desde 1971, quando o *Frente Amplio* (coligação de partidos de esquerda no Uruguai que propunha alternativa aos *blancos* e *colorados*) tinha chances de ganhar as eleições, a Cavalaria instalada no Rio Grande do Sul propôs estudos de diretrizes a serem seguidas em uma possível intervenção militar em território uruguaio que duraria 30 horas (Aguilar, 2010, 49). Apesar do plano não haver sido praticado, devido à derrota eleitoral do *Frente Amplio*, as consequências de uma intervenção militar na República Oriental atingiriam a opinião pública nacional e internacional, a população uruguaia e também os militares argentinos que poderiam retaliar em uma operação armada contra o Brasil, com consequências desastrosas (Mello, 1997, 194-202).

Em terras uruguaias, depois do conturbado governo de Pacheco Areco (*Partido Colorado*) que tentou enfrentar as guerrilhas urbanas, Juan María Bordaberry, eleito em 1972 também pelo *Partido Colorado* (em uma política nacional quase bipartidista, os *colorados* historicamente tiveram a maioria das gestões presidenciais), executou um golpe no ano seguinte, sendo ditador até junho de 1976, quando foi deposto por outro golpe. Seu governo foi marcado pela dissolução do parlamento, suspensão da constituição e organizações políticas e violações de direitos humanos. O uruguaio Federico Leicht escreveu sobre a influência brasileira no golpe de 1973 e afirmou que o III Exército brasileiro estava junto à fronteira com o Uruguai. Segundo ele, o general Alves Bastos comunicou que ninguém poderia estar tranquilo em sua casa enquanto a casa do vizinho estivesse em chamas (Leicht, 2013, 32). Desse modo, a elite fardada brasileira assumia uma posição vigilante e ativa sobre a situação interna do Uruguai que era ameaçada por países comunistas, na visão dos líderes do país, chegando a enviar equipamentos no valor de US\$815.000 (Moniz Bandeira, 1995, 246).

Frente ao exposto, devemos considerar que o deslocamento do Uruguai, da Bolívia e do Paraguai para a influência brasileira possuiu um significado geopolítico, em nível regional, muito importante. Isso decorrer da alteração das forças na região, diminuindo o poder argentino e aumentando a presença brasileira no sistema platino. Desse modo, além dos benefícios econômicos envolvidos nos projetos bilaterais de transporte e energia, houve ganhos políticos e ideológicos importantes para entender a disputa na América do Sul.

Considerações finais

O presente artigo buscou demonstrar as relações do Brasil com seus vizinhos na bacia platina, porque serviram como base para a proeminência geopolítica e econômica do país nas décadas seguintes. Sendo assim, o novo equilíbrio de poder internacional na região colocou o Brasil em uma posição preponderante e é marcado pela atração de Bolívia, Paraguai e Uruguai a um eixo favorável, econômica e politicamente, ao Brasil. Em outras palavras, as inúmeras medidas tomadas para essa aproximação contribuíram para ampliar o poder brasileiro e, igualmente, serviram para enfraquecer e isolar a Argentina, limitando seu acesso a recursos minerais e energéticos, perdendo apoio internacional de Estados vizinhos, entre outros. Sendo assim, o Itamaraty,

aproveitando o bilateralismo nas relações com os sul-americanos, interviu no sistema platino mantendo um cenário com governos favoráveis aos seus interesses.

Referências bibliográficas

- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. *Segurança e defesa no Cone Sul: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual*. São Paulo: Porto de Idéias, 2010.
- BRASIL. Tratado de Itaipu (1973). *Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná*. Brasília, Senado Federal, 1973. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=121681>>. Acesso em: 23 de abr. 2014.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2012.
- CHIAVENATO, Julio José. *Bolívia: com a pólvora na boca*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FERNANDES, Ananda Simões. A política externa da ditadura brasileira durante os “anos de chumbo” (1968-1974): as intervenções do “Brasil Potência” na América Latina. *História Social*. Campinas, n. 18, 2010.
- GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993.
- Hugo Banzer Suárez in: Encyclopedia Britannica. Disponível em: <<http://global.britannica.com/EBchecked/topic/52283/Hugo-Banzer-Suarez>>. Acesso em: 24 de fev. 2014
- LEICHT, Federico. *Orden y progreso: el influjo de Brasil en el camino al golpe de estado*. Montevideo: Ediciones de la Plaza, 2013.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 1974.
- MCCANN, Frank. *The Military Republic, 1964-85 in A Country Study: Brazil*. Washington: The Library of Congress, 1997. Disponível em: <<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/brtoc.html#br0025>>. Acesso em: 8 de mai. de 2014.
- MÉDICI, Emilio Garrastazu. *Mensagem ao Congresso Nacional de 1972*. Brasília: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-de-1972/view>>. Acesso em: 21 de mai. de 2014.
- MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Nova Consciência de Brasil*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1997.
- MELO, Luciano Moraes. Fiel da balança: o Paraguai e a disputa pelos recursos das águas platinas entre Brasil e Argentina (1954-1979). *História em Reflexão*, vol. 3, n. 6, 2009.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- PINHEIRO, Leticia. *Política externa brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- SCHILLING, Paulo. *O expansionismo brasileiro: a geopolítica do General Golbery e a diplomacia do Itamarati*. São Paulo: Global, 1981.
- TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. *Brazil, the United States, and the South American Subsystem: Regional Politics and the Absent Empire*. Lanham, MD: Lexington Books, 2012.
- TERENA, Malcóv Machado Marcos. *A diplomacia do interesse nacional: Aspectos da política externa do governo Médici*. Brasília: UnB, 2011.

THE NATIONAL SECURITY ARCHIVE. *The New course in Brazil*. Washington, D.C.: The George Washington University, 1971. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB282/Document%20146%201.13.72.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2014.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do Regime Militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

WAGNER, Maria Luise. *The Banzer Regime in A Country Study: Bolivia*. Washington: The Library of Congress, 1989. Disponível em: <<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/botoc.html#bo0032>>. Acesso em: 17 de abr. 2014.

Resumo

O presente artigo analisa a atuação brasileira durante o governo Médici nos países platinos, sobretudo na Bolívia, Paraguai e Uruguai, visando determinar a influência dessa diplomacia na projeção geopolítica do Brasil na América do Sul. Como aliado preferencial dos Estados Unidos na região, essa política teve um papel importante na relação de poder entre Brasil e Argentina.

Abstract

The present article analyses Brazilian policies during the Médici administration towards the Platine countries, particularly in Bolivia, Paraguay and Uruguay, in order to determine the influence of this diplomacy on Brazilian geopolitical projection in South America. As the US preferred ally in the region, this policy had an important role in the balance of power between Brazil and Argentina

Palavras-chave: Bacia do Prata; Política Externa do Brasil; Governo Médici (1969-1974);

Keywords: River Plate Basin; Brazilian Foreign Policy; Médici Government (1969-1974).

Recebido em 26/01/2015

Aprovado em 30/04/2015